

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA PRIMEIRA COMISSÃO REPRESENTATIVA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 20-7-2017.

Aos vinte dias do mês de julho do ano de dois mil e dezessete, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Comissão Representativa da Câmara Municipal de Porto Alegre. Às dez horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença André Carús, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudio Janta, Felipe Camozzato, José Freitas e Rodrigo Maroni, titulares. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Reunião, registraram presença Aírto Ferronato, titular, e João Bosco Vaz, Matheus Ayres e Moisés Maluco do Bem, não titulares. Foram apregoados documentos firmados por Mônica Leal e Márcio Bins Ely, Líderes das Bancadas do PP e do PDT, comunicando que João Carlos Nedel e Márcio Bins Ely, titulares da Comissão Representativa, seriam substituídos, na presente Reunião, por Matheus Ayres e João Bosco Vaz. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Cláudio Janta, André Carús, Rodrigo Maroni e Cassiá Carpes. Na oportunidade, por solicitação de Cassiá Carpes e Matheus Ayres, foi realizado um minuto de silêncio, em homenagem póstuma, respectivamente, a Paulo Sant'Ana e a Hugo Buttenbender. Em TEMPO DE PRESIDENTE, pronunciou-se Cassio Trogildo. Às dez horas e cinquenta e nove minutos, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Decreto Legislativo nº 003/17 (Processo nº 1999/17). Às onze horas, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Cassio Trogildo e secretariados por Cláudio Janta. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelos senhores 1º Secretário e Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Apregoo ofício de autoria da Ver.^a Mônica Leal que comunica que o Ver. Matheus Ayres participará da 001ª Reunião Ordinária, de 20 de julho de 2017, diante a impossibilidade do Ver. João Carlos Nedel, titular.

O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, colegas membros da Comissão Representativa, eu acho que esta Comissão se reúne hoje com o objetivo específico de analisar a viagem do nosso vice-Prefeito, mas nos permite também fazer um debate mediante as notícias que saíram na imprensa no dia de hoje, nas quais o Governo Federal anuncia uma gama de reajuste de impostos. Vejam bem, senhoras e senhores que nos assistem em casa, o Governo na semana passada liberou um monte de emendas, para os parlamentares, na Comissão de Constituição e Justiça, para garantir que a denúncia feita pela Procuradoria-Geral da República não siga em frente, que não vá para o STF, alta Corte do Brasil, para dizer que as gravações não são válidas. O Governo ontem anunciou que botou misturador de vozes no Palácio do Planalto. Olha o absurdo! O cara só faz isso, só vê isso nas reuniões de narcotráfico, reuniões de

assaltante de banco, pessoas que fazem coisas ilícitas, que se preocupam em comprar coisas para misturar vozes, para bloquear sinal. Só bandido faz isso. O Governo ainda colocou barreiras de folhagens na entrada das residências oficiais e dos palácios para a imprensa não ver quem entra e quem sai nas casas do Governo. Aí, hoje anuncia vários aumentos de impostos, aumento na gasolina, que não preciso dizer para os meus pares, para a senhora e para o senhor que está em casa o quanto isso significa no bolso do consumidor. Aumentou a gasolina, automaticamente todos os produtos da cesta básica, todos os produtos de consumo irão aumentar, aumentando a energia elétrica, aumentando o gás de cozinha, aumentando tudo. Então, quem vai pagar a conta da inocência do Michel Temer? O povo brasileiro, em vez de o Presidente renunciar a Presidência da República. Já disse várias vezes, nesta tribuna, não tenho bandido de estimação, não admiro bandido, mas acho que bandido é bandido. Aí, os caras cometem crimes e ficam tapando a cara quando a polícia os prende. Isso é chinelagem! Aí, o Presidente faz crime e usa todo o recurso nosso, do povo brasileiro, recurso que era para ter sido usado na saúde. A gente viu ainda hoje de manhã, nos jornais, as pessoas sendo roubadas nas filas de hospitais. Roubadas! Assaltadas! Então, não tem dinheiro para a segurança pública, não tem dinheiro para a saúde, não tem dinheiro para infraestrutura. No Rio de Janeiro, hoje, de manhã, deu o maior engarrafamento porque as pessoas estavam andando na contramão em função de um tiroteio. Aí o Governo usou todos os recursos disponíveis, liberou o dinheiro em contingência que tinha guardado para pagar emendas lá na CCJ, fora o que vai pagar no início de agosto. Isso é uma vergonha! O povo brasileiro não pode em hipótese nenhuma aceitar isso. Hoje temos ferramentas que permitem ao povo brasileiro rechaçar isso. Eu acho que temos que entrar nas redes sociais dos nossos deputados, no *Facebook*, *Instagram*, no *WhatsApp*, e rechaçar isso. Nós não podemos mais aceitar isso! Nós temos a maior carga tributária do mundo; no Brasil pagamos impostos até o início do mês de junho; nós trabalhamos seis meses para pagar impostos, trabalhando para o Governo; seis meses o que nós produzimos vai para o Governo, não fica no bolso do trabalhador. Os trabalhadores, hoje em dia, só trabalham para o Governo; as empresas só trabalham para o Governo, e agora o Governo, literalmente, compra o Congresso Nacional para não ver o seu presidente ser levado ao Supremo Tribunal Federal, então, aumenta os impostos. Além disso, anuncia que o Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES – irá comprar a empresa de saneamento e água no Rio de Janeiro – vejam o absurdo! Vejam bem, nobres Pares, o Governo Federal quer que o Rio Grande do Sul venda todas as suas empresas, e hoje ainda pede que venda o BNDES, o BRDE, e ainda quer comprar a empresa de saneamento e água do Rio de Janeiro com o nosso dinheiro, para roubarem mais ainda lá no Rio de Janeiro! Dizem que é para taparem o rombo, mas rombo do quê? Querem pegar o dinheiro do povo gaúcho, o dinheiro dos nossos impostos, sem consultar a população brasileira, e levar para o Rio de Janeiro. Esse não é o papel do BNDES, mas levar saneamento para todas as vilas do Brasil, é financiar pequenas e médias empresas brasileiras, não sanear uma empresa pública que está falida. No Rio Grande do Sul a regra é vender as empresas daqui; no Rio de Janeiro a regra é salvar as empresas de lá, por quê? Porque a bancada do Rio de Janeiro foi leal ao salvar o Temer, porque o

Ministro do Esporte estava lá, dentro do PMDB, fazendo *lobby* para salvar o Ministro Temer. Mas isso tem que acabar, isso não é democrático, isso não é republicano. Então, nós viemos aqui em nome do nosso partido dizer que isso é uma vergonha! Tem um deputadinho lá, do nosso partido, que é muito serelepe, apaixonado pelo Temer, e nós estamos pedindo providências dentro do nosso partido. É uma vergonha para o povo brasileiro a postura de alguns Parlamentares no Congresso Nacional. É uma vergonha para o povo brasileiro o Governo anunciar, depois do que fez publicamente ao comprar os Deputados Federais na CCJ, que vai aumentar impostos e novamente sacrificar o povo brasileiro com essa alta carga tributária. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. CASSIÁ CARPES (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do jornalista Paulo Sant’Ana, ex-Vereador desta Casa.

O SR. MATHEUS AYRES (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Padre Hugo Buttenbender.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em poucos instantes, teremos também uma publicação no *site* da Câmara Municipal de Porto Alegre, uma homenagem ao ex-Vereador desta Casa Paulo Sant’Ana. Deferimos os pedidos.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. André Carús está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ANDRÉ CARÚS: Sr. Presidente, colegas Vereadores, pessoas que nos assistem pela TVCâmara, eu vou aproveitar a fala do nosso colega Ver. Cláudio Janta e começar aqui pela questão estadual. Ontem, novamente, o Governador Sartori foi a Brasília com sua equipe de Governo que tem tratado do tema da adesão do Estado ao plano de recuperação fiscal. E, mais uma vez, colocou as condições para que o Rio Grande do Sul não perca a sua autonomia, enquanto ente da Federação, e, ao mesmo tempo, também não abra mão dos órgãos públicos do Estado que têm produzido importantes resultados. E foi citado pelo Ver. Cláudio Janta aqui o BRDE, que é um banco de fomento e tem trazido resultados extremamente significativos. E não é diferente com o Badesul, que recentemente, inclusive, abriu novas linhas de crédito e um processo de qualificação para as micro e pequenas empresas instaladas no Rio Grande do Sul. Conforme já foi dito, por repetidas vezes, o Banrisul não está entre os órgãos do Estado que podem ser vendidos em função do Plano de Recuperação Fiscal. Muito pelo contrário, o Banrisul é um patrimônio dos gaúchos e também apresenta importantes resultados, e foi rechaçada a sua privatização pelo próprio Governador

Sartori, pelo Secretário da Fazenda, Giovani Feltes, pelo Governo Estadual como um todo.

Mas, realmente, o horizonte das escolhas que tem sido feito pelo Governo Federal é o pior da história recente da política brasileira, culminando, agora, com a possibilidade de aumento de impostos. Até fiz uma brincadeira com a assessoria da Liderança do Governo, dizendo que vou utilizar o discurso do Ver. Cláudio Janta quando vier para esta Casa a revisão da planta do IPTU – vai ser importante para que a gente possa lembrar a posição contrária que ele sempre teve ao aumento de impostos. E os reajustes dos impostos agora em nível federal vão fazer com que estoure no bolso do cidadão a conta desta crise. Nós não podemos mais tolerar que o País que tem a mais alta taxa de juros do mundo, que tem uma das mais expressivas cargas tributárias do mundo, novamente, coloque no bolso do cidadão o custo dessa conta. Eu tenho a absoluta certeza que não só a possibilidade de aumento de impostos em nível federal, mas também esses bilhões de emendas que foram liberadas para aqueles deputados que demonstraram fidelidade ao Governo Temer afundam ainda mais este Governo, esta crise. E fala aqui um Vereador do PMDB. Até sou obrigado a reconhecer que o PMDB do Rio Grande do Sul perdeu um pouco daquela áurea de aqui é diferente, a partir do momento em que muitos dos nossos deputados federais, pelo menos quatro dos cinco que nós temos, integram as tropas de choque mais raivosas que defendem o Presidente Michel Temer. Respeito àqueles que pensam diferente internamente, e respeito aqueles que, externamente, também pensam de outra forma, mas não temos tempo hábil para uma eleição direta. Mas é possível que o Brasil recupere o seu rumo, se projete novamente no cenário do desenvolvimento econômico-social, se esse estado de coisas for alterado. E se não vai cair o Michel Temer, então, que ele revise as suas posições, que ele se relacione de outra forma com o Congresso, que não faça com que cooptação de Deputados de um partido para outro seja a marca dessa recuperação que ele quer fazer do seu Governo, que a liberação das emendas que comprometem, inclusive, obras da nossa Cidade... Olha o que é o canteiro de obras da nova ponte do Guaíba, Ver. Cassiá, a esculhambação que virou caminhar no lodo, no barro para aquelas pessoas que vivem na região do Humaitá e Navegantes. Com o canteiro de obras, isso só piorou! E não tem previsão de recursos para que a obra possa retomar a sua normalidade. E outros tantos recursos federais, como a cota do Fundo de Participação dos Municípios, que deveriam vir para Porto Alegre e não têm previsão para vir. Setenta por cento das receitas dos Municípios hoje ou são oriundas do FPM, que é distribuído pela União, ou pelo ICMS, distribuído pelo Estado. Nenhum dos dois tem qualquer compromisso com os Municípios com relação a prazos. Imagina se vão liberar recursos para os Municípios: não são os Municípios que votam lá na Câmara dos Deputados ou no Senado a sua permanência, ou para a aceitação da denúncia contra o Presidente ou não. No andar de baixo é que a conta está mais pesada. A crise conjuntural que é vivida por Porto Alegre também é pela excessiva centralização dos recursos da União. Temos uma reforma tributária que nunca andou, ficou apenas no imaginário daqueles que acreditam que é possível reformar o bolo tributário do Brasil, também porque o legislador-constituente de 1988, direta ou indiretamente, fez com que os Municípios fossem

obrigados, na figura dos seus Prefeitos, a passar o chapéu e, a toda hora, estar pedindo recursos. Muitos deles acabam criando verdadeiros currais eleitorais, para que esses Deputados se perpetuem nos mandatos.

O “distritão”, que, pelo que tem sido noticiado, deve ser aprovado, tem acordo dos principais partidos, é mais uma ferramenta de perpetuação dos que lá estão. É um mecanismo eleitoral que se pretende aprovar para proteger os maus políticos, porque não só vai restringir o papel da renovação que se possa ter de mandatos, de renovação política na eleição do ano que vem, como vai privilegiar que só quem seja candidato, Ver. Camozzato, sejam aqueles que já detêm mandatos. Então, renovação, praticamente, não existe. É o enfraquecimento da democracia. Fora os bilhões que vão para o Fundo Partidário, que é um verdadeiro absurdo, aumentar recursos para fundo partidário agora é debochar da população; e aprovar o distritão é fazer com que os que lá estão permaneçam cometendo todas as barbaridade a que nós assistimos todos os dias. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Cláudio Janta assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): Obrigado, Ver. André Carús. O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. RODRIGO MARONI: Bom dia, Vereadores, Vereadoras, eu queria fazer uma homenagem, que já estou devendo faz uma semana, ao primeiro cachorro que entrou aqui na Câmara de Vereadores, que foi o cachorro Luck, o qual trouxemos ano passado, inclusive eu tinha registrado uma homenagem, tentei fazê-la pela Casa, não consegui; fiz uma homenagem a partir do gabinete, e o pessoal se comoveu. O cachorro, que se aposentou o ano passado pela Brigada Militar, pelo Corpo de Bombeiros, que trabalhava junto ao Tenente Meireles, se eu não me engano. E foi um cachorro literalmente herói, sai na imprensa inclusive – descobriu cadáveres, drogas, tudo que é tipo de coisa, pelo faro. Esse cachorro trabalhou cerca de 12 anos e se aposentou. Infelizmente veio a óbito um ano após sua aposentadoria.

A outra questão que eu queria mencionar aqui de forma muito importante, inclusive eu quero ver junto ao pessoal da Brigada Militar, o Coronel Fraga, ao Lopez, o caso da soldada que se aposentou, trabalhou com seu cavalo durante sete anos e saiu da Brigada Militar – saiu até no jornal Zero Hora. Ela criou o cavalo, cuidou, e está em uma batalha junto ao Governo do Estado. Eu acho que deveríamos ter uma iniciativa junto ao Governador para doação desse animal para essa senhora, ela criou, cuidou e, infelizmente, ao sair da corporação, ela não conseguiu adotar o cavalo.

E, para finalizar, queria comentar a nota que saiu ontem – e ficou feliz que o Djedah está aqui –, mais uma vez vou reivindicar uma reunião com o Secretário Erno. Há uma preocupação que retornou à proteção de animais. O Secretário foi muito atencioso e politicamente muito aberto ao diálogo desde o início. Porto Alegre vive a

questão da doença canina leishmaniose, que pode ser transmitida ao ser humano sem os cuidados devidos, mas, se controlada, pode permanecer... O primeiro caso de leishmaniose aqui no Estado do Rio Grande do Sul fui eu que consegui abrigo, foi para o cão Abel, que vive no abrigo há cerca de 13 anos e nunca transmitiu a doença para ninguém. Eu procurei veterinários e maiores especialista do tema, e pessoas que utilizam nos seus animais coleira – e hoje há uma estimativa entorno de cem a cento e cinquenta animais, podendo chegar a trezentos animais que têm leishmaniose em Porto Alegre – conseguem dar qualidade de vida e não precisam fazer eutanásia nos seus animais. Conseguimos impetrar com a Secretaria uma discussão durante todo este primeiro semestre. Espero que com a notícia que se deu, Gjedah, não se precise chegar à eutanásia, que se consiga construir alternativas para esses animais, tendo em vista que muitos são animais jovens, e o custo pela vida deles não é alto. Eu consegui coleiras por R\$ 250; R\$ 300, comprei para um grupo de proteção umas sete ou oito para animais com leishmaniose. Aproveito para deixar um pedido para sentar com o Secretário Erno, talvez um dos melhores Secretários que tivemos na história de Porto Alegre, pela postura e pela forma absolutamente democrática, nada arbitrária que ele mantém, para fazer essa discussão de manter e não levar esses animais à morte.

Por final, queria pedir desculpas pela camiseta, realmente em tempo de recesso eu não uso camisa. Na verdade a camiseta é parte do meu vestuário normal, e só vim naturalmente. Desejo a todos um bom recesso.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. CASSIÁ CARPES: Saúdo o Sr. Presidente no comandando esta Sessão, e demais Vereadores. Quero, primeiro, antes de entrar nos detalhes políticos, não podia deixar de lembrar aqui que, a partir de ontem, faz muita falta ao cenário gaúcho esse jornalista e radialista fantástico, sempre o mais lembrado de todos na sua atividade no Rio Grande do Sul, que nos deixou nessa madrugada e está sendo velado na Arena do Grêmio no dia hoje. Paulo Sant’Ana sempre se identificou como gremista, Maroni, mas teve um respeito muito grande pelos colorados. Mas sempre foi uma pessoa autêntica, independente, uma voz forte. E como nós temos aí muitas pessoas que vieram do esporte, jornalistas, radialistas, foram vitoriosos também na atividade, seja política, seja de opinião pública em geral. E Sant’Ana teve essa diversidade, conseguiu se destacar em vários ângulos de análise jornalística do Rio Grande do Sul, foi um exemplo, deixou um legado. Por isso queremos aqui lembrá-lo. E foi, inclusive, aqui nesta Casa Vereador, e isso faz com que ele também gostasse demais de política, fizesse política no dia a dia. Por outro lado, na linha dos meus colegas que anteriormente me antecederam, Ver. Janta, o BNDES, V. Exa. deve saber, mas não se lembrou aqui, mas é necessário lembrar, 40% do FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador vai para o BNDES, está na Constituição Brasileira. Quarenta por cento do dinheiro do trabalhador

vai para o BNDES, está na Constituição Brasileira. Olha, se nós pegássemos todo esse dinheiro que houve de roubalheira no País, do BNDES, dessas grandes empresas, e colocássemos no micro, pequeno e médio produtor, esse País seria outro na geração de emprego e renda, eu não tenho dúvida disso. Agora, a recém o BNDS está se lembrando dos pequenos com juros desse nível: de 0,60, de 0,70, de 0,72 ao mês. São 6 ou 7% ao ano. E cadê a contrapartida? A contrapartida é a geração de emprego, renda. Aqui no Estado do Rio Grande do Sul... E nenhum Deputado do PP, meu partido, do PMDB quer assinar a CPI do Badesul aqui no Estado, porque, no ano de 2014, no Governo Tarso, houve um rombo – sem contrapartida de empresas – em torno de R\$ 800 milhões. Aí todo mundo se abraça. É por isso que o País não vai para frente, é por isso que a política não é séria, porque, quando é dos outros, criticam; quando é seu, não quer participar, não quer fazer investigação. É esse o mal da política brasileira.

E o que o Janta citou aqui que o Temer está fazendo, os outros faziam a mesma coisa. Cooptavam o Congresso Nacional, tinham a maioria do Congresso Nacional para fazer – por que não? – as falcatruas, os conchavos, os conluíus, e esse é o Brasil que nós não queremos. O Ver. Carús falou aqui do Distritão, inclusive o relato do PT quer botar uma emenda, a emenda Lula, pela qual não se pode prender ninguém oito meses antes da eleição. Mas sabemos nós que só existe candidatura, Carús, após a convenção, que é em agosto, ou seja, dois ou três meses antes da eleição. Que País é este? Que política séria é esta? É disto que queremos participar? Não. Nós estamos a cada dia desistindo da política, porque ela está uma vergonha e, quando querem mudar, é para ficar pior, para não haver renovação. Com o Distritão, não haverá, Ver. Camozzato, renovação, serão os mesmos, ninguém vai querer entrar numa lista de um partido político que já está determinada, que o Vereador, que o Deputado Estadual, Federal, Senador já estarão lá contemplados com o Distritão. Lamentavelmente, a política, e nós estamos vendo, está a cada dia pior do que o outro. Dizendo isso, encerro desejando a todos um bom recesso.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra em Tempo de Presidente.

O SR. CASSIO TROGILDO: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; público que nos acompanha nas galerias; vou aproveitar esta reunião da Comissão Representativa para abordar um pouco, Ver. Moisés, o trabalho realizado por esta Câmara ao longo do primeiro semestre. Participei recentemente de um programa na TVCâmara, para o Jornal Câmara, onde fizemos a mesma abordagem, mas gostaria de deixar registrado aqui um tanto do trabalho realizado neste primeiro semestre na Câmara Municipal.

Ao longo do primeiro semestre, nós tivemos 84 sessões neste plenário; destas, 66 foram ordinárias e 18 foram extraordinárias; das 18 extraordinárias, 17 foram realizadas aqui e uma na sala das comissões.

O nosso trabalho legislativo começou no dia 1º de janeiro – início da Legislatura –, com a sessão de instalação da Legislatura, e, também, com a eleição da Mesa Diretora, das Comissões Ordinárias e da própria Comissão Representativa, que hoje está reunida.

No dia 2 de janeiro, nós tivemos uma sessão em convocação extraordinária – e faço este relato justamente para fazer a distinção – é importante estarmos em uma Comissão representativa – dos momentos, Ver. Cláudio Janta, em que nos reunimos na Câmara Municipal. Convocação extraordinária é aquela convocação fora do período legislativo ordinário, ou seja, nos recessos parlamentares.

Saúdo a chegada do Ver. João Bosco Vaz.

A convocação extraordinária do dia 2 de janeiro foi realizada ainda na Legislatura anterior. Nós tivemos uma convocação extraordinária em janeiro, convocada dentro do que preceitua o Regimento, com mais de 48 horas de antecedência, tivemos um período legislativo ordinário, ao longo do semestre, onde realizamos 18 sessões extraordinárias, que se prestam para momentos extraordinários dentro do período legislativo ordinário, e hoje estamos aqui reunidos com a Comissão Representativa, que é quem representa a Câmara Municipal, ordinariamente, nos recessos. Se tivéssemos que fazer uma votação que exigisse quórum qualificado, ou exigisse ordem do dia, ordinária, teríamos que ter uma nova convocação extraordinária, mas como estamos reunidos para deliberar sobre autorização de viagem do Vice-Prefeito, a própria Comissão Representativa assim o pode fazer. Além das 84 Sessões, tivemos 13 períodos temáticos de Comunicações, seis comparecimentos de autoridades, totalizando 19 comparecimentos. Também as Comissões ordinárias, Ver. Bosco, 140 reuniões. As nossas seis Comissões Permanentes, Ver. Carús, que preside a COSMAM, realizaram 140 reuniões ordinárias, sendo que a COSMAM, 22 dessas 140. Tivemos seis audiências públicas, 30 comparecimentos em Tribuna Popular, 305 iniciativas protocoladas, entre iniciativas de Vereadores e do Poder Executivo, sendo que 287 foram de Vereadores e 18 foram do Poder Executivo. Destas, 113 foram aprovadas, 97 iniciativas de Vereadores e 16 iniciativas do Poder Executivo. Cabe salientar também, para finalizar, que das 113 iniciativas aprovadas aqui em plenário, 39 delas passaram a ter condição terminativa nas Comissões. Então, a mudança de Regimento que aprovamos para justamente vir a plenário aquelas iniciativas de maior relevância. Tivemos também a aprovação de três indicações; 80 requerimentos; e 22 nomeações de logradouros, estas que já têm há algum tempo condição terminativa nas Comissões. Apreciamos 25 vetos do Poder Executivo, sendo que 15 desses foram mantidos; nove rejeitados e um parcialmente mantido. Um pequeno resumo da nossa atividade parlamentar no 1º semestre, enfatizando parte do trabalho da Câmara de Vereadores. E, para finalizar, sempre faço questão de frisar, este Parlamento, como todos os Paramentos, constitucionalmente no nosso País tem como atribuições: legislar, fiscalizar os atos do Poder Executivo e também debater e discutir as iniciativas. São as três principais prerrogativas do Parlamento e também, individualmente, de cada um dos Vereadores que o compõe. Muito obrigado, um grande abraço, e que tenhamos um 2º

semestre muito mais ou tão proveitoso como tivemos, Ver. José Freitas, o nosso 1º semestre de 2017. Um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): Informo que o Ver. João Bosco Vaz está substituindo o Ver. Márcio Bins Ely, titular da Comissão Representativa.

(O Ver. Cassio Trogildo reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE(Cassio Trogildo – às 10h59min): Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. 1999/17 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 003/17, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que autoriza o vice-Prefeito Municipal de Porto Alegre, Sr. Gustavo Bohrer Paim, a ausentar-se do País, do dia 21 de julho ao dia 29 de julho de 2017, para viajar a Nova Iorque, nos Estados Unidos da América.

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Cassiá Carpes: pela aprovação do Projeto.

O SR. PRESIDENTE(Cassio Trogildo): Em discussão o PDL nº 003/17, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que autoriza o Vice-Prefeito Municipal de Porto Alegre, Sr. Gustavo Bohrer Paim, a ausentar-se do País, no período de 21 a 29 de julho de 2017, para participar do “The Urban Resilience Summit 2017”, de reuniões com o Diretor-Geral do “Global Compact” das Nações Unidas e no Consulado-Geral do Brasil, na Cidade de Nova Iorque, EUA. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. **APROVADO.**

Está encerrada a Ordem do Dia e os trabalhos da presente Reunião.

(Encerra-se a Reunião às 11h.)

* * * * *